

## RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista no **Diário do Povo**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 228. O CRIADOR DA BANDEIRA PAULISTA

Filólogo, romancista e republicano histórico, Júlio Ribeiro foi uma das mais expressivas figuras da cultura brasileira da segunda metade do século passado. Mineiro de Sabará, onde nasceu a 10 de abril de 1845, foi, entretanto, em São Paulo que decorreu a maior parte de sua existência. Não apenas na capital de cuja Escola Normal foi professor, mas também em cidades do interior, como Sorocaba e Campinas. Em nossa cidade lecionou no tradicional colégio “Culto à Ciência” (primeira fase) e aqui publicou seus primeiros escritos de maior vulto.

Precursor do realismo no romance brasileiro, deixou o livro **A carne** (1888), de grande repercussão, porém julgado de maneira bastante contraditória pela crítica. É inegável, porém, que o romance, dedicado a Emile Zola, projetou seu nome mais que os outros escritos que deixou. E foram muitos: **Padre Belchior de Pontes**, romance de ambientação histórica, escrito quando residia em Campinas (1877), **Cartas sertanejas** (1885), e longa série de obras sobre filologia e lingüística, que o colocaram entre os mais renomados cultores da língua portuguesa.

No tempo em que viveu no Rio de Janeiro, foi professor do antigo Ginásio Nacional (o “Pedro II” de hoje) e colaborou na imprensa com intensa propaganda republicana. Aliás, nunca abandonou a atividade jornalística, exercendo-a nos diversos lugares onde residiu. Vítima de tuberculose, morreu em Santos no dia 1º de novembro de 1890.

Júlio Ribeiro teve seu nome ligado também à heráldica e aos símbolos nacionais. Foi de sua autoria o projeto da bandeira para a República. Entretanto, não foi aceito pois o Governo Provisório, ao cuidar dos símbolos para o novo regime, preferiu manter a bandeira do Império, apenas substituindo a coroa imperial pela esfera azul (de representação celeste) com a legenda positivista “Ordem e Progresso”. A bandeira projetada por Júlio Ribeiro acabou sendo, com pequenas modificações, adotada pelo Estado de São Paulo. É a nossa clássica “bandeira das treze listas”, tão poeticamente decantada por Guilherme de Almeida. Assim, nós, paulistas, devemos saudar em Júlio Ribeiro não apenas o romancista e o filólogo, mas também o criador da bandeira paulista.

Júlio Ribeiro tem seu nome vinculado, como patrono, a pelo menos três academias de Letras: a Brasileira, a Paulista e a Mineira, nas quais foi escolhido, respectivamente, por Garcia Redondo, Sílvio de Almeida e Heitor Guimarães. Por outro lado, numerosas cidades no Brasil reverenciam-lhe a memória com seu nome em vias públicas. Inclusive Campinas, onde a rua Júlio Ribeiro, no Bonfim, data de 1927, denominada que foi pelo edital de 12 de setembro daquele ano. 1-11-1990.

\*

## 229. BIÓGRAFO DE TALLEYRAND

Alfred Duff Cooper, nascido há cem anos, foi uma das figuras mais expressivas da vida pública inglesa na primeira metade deste século. Estadista e escritor, ocupou cargos importantes na administração britânica antes da Segunda Guerra Mundial e mesmo nos primeiros anos da conflagração: secretário das Finanças (de 1928 a 1934), ministro da Guerra (de 1935 a 1937), primeiro lorde do Almirantado (1937 e 1938) e, já no início da guerra, ministro das Informações. Terminada a conflagração, representou seu país junto ao governo francês. Dedicou-se a pesquisas históricas, deixando diversos livros, dos quais o de maior interesse é uma biografia de Talleyrand, o único, aliás, que se encontra traduzido em nossa língua. Faleceu Duff Cooper a 1º de janeiro de 1954, a bordo de um navio, quando navegava na altura do litoral espanhol.

O livro que dedicou a Talleyrand, publicado em 1932, foi traduzido por Godofredo Rangel e editado em 1945 pela Companhia Editora Nacional, em sua preciosa “Biblioteca do Espírito Moderno”, coleção infelizmente não mais existente. Não tendo sido reeditado e datando já de quase meio século, encontra-se hoje na categoria dos livros raros, altamente cotado pelos alfarrabistas.

A tradução brasileira traz prefácio de J. F. de Almeida Prado, o saudoso “Yan”, um dos nossos maiores historiadores. O alto conceito em que o prefaciador teve o livro constata-se da própria frase com que inicia seu prefácio, segundo a qual nenhum escritor estrangeiro à França conseguiu trabalho tão expressivo sobre a figura de Talleyrand como o de Duff Cooper. Mais ainda: analisando traços da personalidade do grande vulto da Revolução Francesa, figura complexa que torna sua pessoa difícil de ser examinada com imparcialidade, entendeu necessário que outro político, com experiência da Europa, dos seus dirigentes e da sua tradição, viesse reconstituir aquela “estranha imagem, que foi espelho de vícios na vida privada e paradigma de virtudes na política”. E adiante: “Um vulto assim complexo exige do biógrafo inúmeros pontos de contato com o objeto de seu estudo, o que nem sempre está ao alcance de um mero professor de história”.

Dito isto com o espírito crítico que era muito de Yan de Almeida Prado, às vezes até de maneira excessivamente rigorosa, podemos esperar de fato por verdadeiro modelo de biografia que, na realidade, o estadista e escritor inglês foi capaz de produzir. Duff Cooper - é ainda o prefaciador quem o diz - “passou por muitas vicissitudes de seu predecessor”. Há uma curiosa analogia entre ambos: “As afinidades entre biografia e biografado, a criteriosa escolha de documentos e a clareza da exposição prendem o leitor do princípio ao fim do livro, modelo de um gênero dos mais tentados e raramente conseguido nos domínios da historiografia”.

A necessidade de esclarecer ponto para mim um tanto obscuro daquela época tão difícil da história da humanidade, qual o fim do século XVIII e o início do XIX, levou-me a reler o livro do escritor inglês, e foi então que fiquei sabendo do transcurso de seu centenário neste ano que está por findar. Daí a idéia de evocá-lo neste breve “rabisco” semanal.  
21-12-1990.

## 230. FRANÇA JÚNIOR NO SEU CENTENÁRIO

Uma derradeira efeméride centenária, das muitas que transcorreram neste ano, desejo registrar antes que termine 1990: a que assinalou o falecimento, a 27 de setembro de 1890, em Poços de Caldas, onde se encontrava, do jornalista e comediógrafo Joaquim José de França Júnior, nascido no Rio de Janeiro a 19 de abril de 1838. Viveu alguns anos na Bahia, de cujo governo foi secretário (1868), o que explica que algumas fontes o dêem como baiano de nascimento. Não. Era carioca da gema (ou fluminense, como então se dizia), como de depreende de muitos de seus escritos.

Pouco depois da passagem pela Bahia representou o Brasil na Exposição Internacional de Viena, em 1873, aproveitando, então, para excursionar por diversos países europeus. Na imprensa, desde cedo revelou sua vocação de folhetinista e comediógrafo. Colaborou em diversos jornais do Rio de Janeiro, sobretudo na "Gazeta de Notícias" e em "O País", publicando crônicas humorísticas sobre costumes de nossa gente. Seus folhetins criticavam sempre aspectos ridículos da sociedade da época, e alguns se tornaram célebres. E na comédia de costumes deixou obras de grande interesse, como, entre outras, "Como se faz um deputado", "Caiu o ministério", "Triunfo às avessas", "Meia hora de cinismos" e "Direito por linhas tortas".

"Um dos primeiros grandes cronistas da vida brasileira, sua obra avulta cada vez mais pela riqueza das informações que ele reuniu, em estilo simples e agradável, nos seus folhetins", escreveu R. Magalhães Júnior na introdução ao volume **Política e Costumes**, compilação de numerosos "folhetins esquecidos" dos anos de 1867 e 1868. Aliás, diga-se sem exagero, **Política e Costumes** (Civilização Brasileira, 1957) é das melhores coisas que temos no gênero relativo, como o nome o diz, à "política" e aos "costumes" do século passado.

Convém não esquecer o caráter político de muitos dos escritos de França Júnior, de um ponto de vista conservador, fazendo oposição cerrada ao gabinete liberal da Conselheiro Zacarias. E isto, num dos momentos políticos mais difíceis do Segundo Reinado, por ocasião da guerra com o Paraguai. Tornou-se tão delicada a situação que muitos vêem - Oliveira Viana entre eles - a queda de Zacarias como o início do plano inclinado que conduziu à queda da monarquia 20 anos depois. E com a queda

de Zacarias - lembra-nos Magalhães Jr. - perdia França Júnior o assunto favorito de suas crônicas políticas. Valeu-lhe, nesta altura, o convite que lhe dirigiu o Barão de São Lourenço, nomeado presidente da Bahia em 1868, para seu secretário, cargo a que já se aludiu e no qual permaneceu pouco mais de dois anos. Ao retornar ao Rio, a situação era outra...

Uma nota curiosa. Quando representada em São Paulo, pela segunda vez, sua comédia "Meia hora de cinismos", o maestro e compositor Enúlio do Lago, achando-o curta demais, acrescentou-lhe algumas canções, sendo uma delas a "Canção do boêmio", escrita por um então jovem estudante que outro era senão Castro Alves. A propósito do título da comédia, convém esclarecer que a palavra "cinismo" nela vem empregada não com o sentido que hoje lhe damos, mas outro completamente diverso. "Cinismo" chamavam-se as pândegas e estripulias dos estudantes da Academia de Direito de São Paulo, e "cínicos" os que dela participavam... (25-12-1990).

\*

### 231. "BRASIL, TERRA & ALMA"

Na década de 60, uma certa "Editora do Autor", do Rio de Janeiro, planejou uma coleção que, com o título **Brasil, terra & alma**, propunha-se a reunir em volumes, um para cada Estado, textos escolhidos sobre a natureza, a história, a geografia, a economia, a cultura das diversas unidades da Federação. Seriam as antologias organizadas por escritores de renome, familiarizados com as unidades que lhes coubessem passar em revista. "Numa arrumação viva, movimentada, de páginas curtas, que se sucedem como imagens cinematográficas ou jornalísticas, irá o leitor descortinando o retrato da 'terra & alma' do Brasil, delineado por autores notáveis de ontem e de hoje, nacionais e estrangeiros, com adição de escritos de valor informativo ou sugestivo."

Infelizmente, o plano não se realizou tal como previsto. Não tenho conhecimento senão de três dos vinte e tantos volumes que deveriam ser publicados: São Paulo, Minas Gerais e Guanabara. Guanabara, certamente todos se lembram, foi o nome dado ao pequeno Estado (um só município...)

que resultou da transferência para a região central do país, do antigo Distrito Federal, então encravado no território fluminense. Pouco durou o Estado da Guanabara. Criado por força da Constituição Federal de 1946 (bem clara a este respeito no artigo quarto de suas Disposições Transitórias), existiu até a sua fusão com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975.

A escolha dos autores dos três volumes publicados foi a melhor possível: Luís Martins, para São Paulo; Carlos Drummond de Andrade, para Minas Gerais; e Marques Rebelo, para a Guanabara. Marques Rebelo era o nome literário de Edy Dias da Cruz.

Pelas amostras que nos foram dadas a conhecer, ficamos a imaginar que grande empreendimento seria se o plano se concretizasse integralmente, com a publicação de um volume para cada Estado. Teríamos um belíssimo (e utilíssimo) painel de nosso país, não apenas “cinematográfico e jornalístico”, como foi previsto, mas excelente instrumento para a evocação do passado de nossas unidades federativas e também de seu potencial atual e de suas perspectivas futuras. Indicações precisas de onde foram os textos extraídos valorizam os volumes e permitem a ampliação das leituras referentes a cada tópico e que eventualmente sejam do interesse dos leitores.

O conteúdo dos volumes abrange desde o início das respectivas histórias, com apelo aos missionários e cronistas coloniais, apresentando, a seguir, a evolução social, econômica, política e cultural, com páginas adequadamente escolhidas, não só de erudição, mas também de ficção e estas tanto em prosa como em verso, enfim o que de melhor se escreveu sobre cada um dos três estados.

Foi pena que o empreendimento não tivesse prosseguimento. Aliás, não sei porque os programas de obras abrangendo todos os Estados ficam sempre incompletos. Por ocasião do centenário da Independência (1922), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro planejou um grande **Dicionário** sobre o Brasil, com uma parte geral e outra específica para cada Estado. A primeira foi plenamente realizada; mas da segunda apenas três ou quatro estados tiveram seus capítulos publicados. Pouco depois, uma importante editora de São Paulo planejou uma coleção de histórias dos Estados do Brasil, com caráter didático. Dos 21 estados então existentes, apenas dez tiveram suas histórias publicadas. Destes outros empreendimentos

cuidarei oportunamente, pois são valiosos demais para ficaram esquecidos.  
(28-12-1990)

\*

## 232. OITO MESES NO BRASIL

Parece-me deveras estranho que até agora ninguém tenha se proposto a traduzir o excelente livro em que o professor Henri Tronchon relatou as impressões de sua permanência de oito meses no Brasil. Foi ele uma das mais expressivas figuras da missão francesa contratada para a antiga Universidade do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, em 1936.

Grande mestre de literatura, elemento marcante da vida cultural francesa do período de entre-guerras, o ilustre professor, assim que chegou ao nosso país, procurou relacionar-se com elementos de destaque da sociedade e principalmente da cultura da antiga capital federal. Retornando ao seu país, publicou em Paris, em 1938, *Huit mois au Brésil*, uma edição oficial da Faculdade de Letras da Universidade de Estrasburgo, mas distribuída pela conhecida editora “Les Belles Lettres”, da capital francesa.

Trata-se, sem dúvida, de uma das melhores obras escritas por estrangeiros sobre o Brasil neste século. De muitas figuras com as quais conviveu, traça discretos perfis. Soube captar, como poucos, o espírito, a alma, do meio brasileiro em que viveu. Daí seu livro ser de leitura diria quase obrigatória para o conhecimento do Brasil numa das épocas mais significativas de nosso passado. A fundação da Universidade de São Paulo (1934) e, pouco depois, a do Distrito Federal, implicou um processo de abertura de novas e excelentes perspectivas culturais para o país, em grande parte devido à colaboração das missões de professores universitários contratados para reger, nessas duas universidades, matérias que pela primeira vez eram lecionadas em nossa terra, em nível superior.

A época em que o professor Tronchon viveu no Brasil (1936) coincidiu com o aparecimento de alguns livros básicos da cultura brasileira, como *Rafes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Conceito de civilização brasileira*, de Afonso Arinos de Melo Franco e *Tendências e diretrizes da escola secundária*, do professor Carneiro Leão. A maneira como soube tratar tais livros (“trois livres de l’année”, como os intitulou) reflete a capacidade de apreensão da cultura brasileira por parte do ilustre

professor universitário. Aliás, todos os capítulos reunidos sob o título “Orientations intellectuelles” são de extraordinária riqueza.

Datando já de mais de meio século, nunca tendo sido reeditado, há de estar na categoria dos livros raros, altamente cotados pelos alfarrabistas. E à espera de quem se disponha a traduzi-lo e, depois, publicá-lo. (4-1-1991)

\*

### 233. ITAOCARA

É possível que algum leitor deste “rabisco” não saiba onde fica Itaocara. Aliás, não estranharei, pois entre nós ignora-se muito do interior do país. E as cidades pequenas, então, caem no rol do desconhecido. A não ser que sejam pontos de atração turística ou estâncias balneárias. Mas não é o caso da simpática cidade fluminense da margem direita do Paraíba. Meu conhecimento, não pessoal, mas por informações, de Itaocara, remonta à minha juventude e a uma circunstância casual. Quando rapazola de ginásio, na cidade mineira de Juiz de Fora, morei como pensionista em casa de uma família de Itaocara. Portanto, Itaocara era sempre lembrada a todo instante, pois minha hospedeira recebia freqüentemente visitas de parentes e amigos de sua cidade. Isto despertou-me o desejo de conhecê-la, o que até hoje, infelizmente, não se concretizou. Mas conheço algo de suas origens e de sua história e recordo-me também de uma vista da cidade, que encontrei na pequena mas preciosa **História do Estado do Rio de Janeiro**, de Clodomiro de Vasconcelos.

Fiquei sabendo, então, que a antiga Aldeia da Pedra (como originalmente se chamava) resultou de um alojamento indígena de puris, dos muitos que assinalaram o território fluminense, fundados quase sempre por capuchinhos italianos e que foram tão bem estudados por Joaquim Norberto em seu clássico livro sobre as aldeias de índios do Rio de Janeiro, obra básica da bibliografia histórica brasileira. Como aldeia, Itaocara remonta ao início do século XIX, mas só em 1890 obteve a autonomia municipal, recebendo o nome atual, praticamente uma versão indígena do nome primitivo.

Como disse, ainda não tive oportunidade de conhecer Itaocara, embora conheça razoavelmente quase todo o interior fluminense, pois meus ascendentes tanto paternos como maternos provieram de lá. Algo mais da

cidade fiquei sabendo pelo último número da revista “Municípios do Brasil”, todo ele dedicado a Itaocara. E vi confirmado, embora gostaria que fosse com maior ênfase, um dos traços característicos da pequena cidade, qual o seu interesse para coisas da cultura. Não tendo mais de 40.000 habitantes, pode Itaocara gabar-se de possuir uma Academia de Letras, o que prova que na cidade há quem escreva e, mais ainda, quem publique, coisa hoje cada vez mais difícil no Brasil.

Isto, que já seria algo de muito significativo - uma cidade de 40.000 habitantes ter uma Academia de Letras -, torna-se ainda mais expressivo se considerarmos que essa Academia publica mensalmente um tablóide de 16 páginas - “Letras Itaocarenses”, subtítulado “Boletim Acadêmico” -, com notícias não só da vida acadêmica de Itaocara (inclusive os discursos de recepção dos novos acadêmicos), como também matéria de interesse para a cidade, particularmente sua história. Foi uma pena que o já citado último número de “Municípios do Brasil”, tratando de Itaocara, não se referisse à sua Academia de Letras e sua inserção no contexto da cidade.

Pondo de lado o interesse cultural de “Letras Itaocarenses”, algo chamou-me a atenção: o apoio do comércio local para manter a publicação, através de uma discreta publicidade. Que lição para tantas cidades do Brasil! Quantas academias existem em grandes cidades, inclusive capitais, que não têm condições de imprimir uma circular mimeografada! E a pequenina Itaocara nos brinda mensalmente com um boletim acadêmico de 16 páginas! Longa vida a “Letras Itaocarenses” é o que se tem a desejar.

Lembraria, para encerrar, que o nome de Itaocara já se encontra inscrito na história musical do Brasil, pois aí nasceu Patápio Silva, nosso maior flautista, compositor igualmente inspirado e que muita coisa escreveu para o seu instrumento. E ainda uma curiosidade: Itaocara talvez seja a única cidade do mundo a ter, em uma de suas praças, um monumento erigido à ciência matemática! E, como se não bastasse, há também na cidade uma “Praça da Geografia”... (1-2-1991)